



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus Recife

Pós-Graduação em de Especialização em Matemática Comercial, Contábil,
Econômica, Atuarial e Financeira

LOREN LINCY ABREU DE OLIVEIRA

**ENDIVIDAMENTO E DESIGUALDADE REGIONAL: a geografia da dívida no
Brasil a partir de dados históricos do Banco Central do Brasil**

Recife

2026

LOREN LINCY ABREU DE OLIVEIRA

**ENDIVIDAMENTO E DESIGUALDADE REGIONAL: a geografia da dívida no
Brasil a partir de dados históricos do Banco Central do Brasil**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Coordenação de Pós-Graduação em de Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial E Financeira do Instituto Federal de Educação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de pós-graduação .

Orientador: Prof. Dr. Marcelino Caetano

Recife

2026

**Ficha elaborada pela bibliotecária Maria do Perpétuo Socorro
Cavalcante Fernandes CRB4/1666**

O48e

2025

Oliveira, Loren Lincy Abreu de

Endividamento e desigualdade regional: a geografia da dívida no Brasil a partir de dados históricos do Banco Central do Brasil. / Loren Lincy Abreu de Oliveira. --- Recife: A autora, 2025.

29f. il. Color.

TCC (Curso de Especialização em matemática comercial, contábil, econômica atuarial e financeira) – Instituto Federal de Pernambuco, Campus Recife, 2025.

Inclui Referências.

Orientador: Professor Marcelino José Caetano

1. Matemática. 2. Endividamento. 3. Famílias brasileiras. 4. Covid-19
5. Localidades geográficas. 6. Desigualdade. I. Caetano, Marcelino José (Orientador). II. Instituto Federal de Pernambuco. III. Título.

CDD 510 (22ed.)

LOREN LINCY ABREU DE OLIVEIRA

**ENDIVIDAMENTO E DESIGUALDADE REGIONAL: a geografia da dívida no
Brasil a partir de dados históricos do Banco Central do Brasil**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Coordenação de Pós-Graduação em de Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial E Financeira do Instituto Federal de Educação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de pós-graduação.

Trabalho de conclusão de curso apresentado e APROVADO em 17 de dezembro de 2025 pela banca examinadora

Prof. Marcelino José Caetano

Prof. Mariane Bezerra Nóbrega

Prof. João Bosco de Souza

Recife

2026

Dedico este trabalho àqueles que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidei. E a mim que, mesmo duvidando, sempre segui em frente, enfrentando todos os desafios do caminho.

AGRADECIMENTOS

Acredito que a gratidão deve ser um exercício diário, pois o simples fato de iniciar um novo dia já representa uma valiosa oportunidade de avançar em direção aos objetivos traçados. Reconhecer esse potencial é compreender a dimensão das conquistas possíveis ao longo da jornada. No entanto, é fundamental lembrar que o desenvolvimento individual também é fruto do apoio coletivo. Por isso, reservo este espaço para registrar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o progresso alcançado.

Começo agradecendo a Deus, e a todas as representações de forças divinas que me guiam, e sempre me guiaram até aqui, pelos caminhos abertos, pela luz que me ilumina e pelos seres de luz que me fortaleceram ao longo desta caminhada. Acredito que tudo poderia ter sido diferente, afinal, sempre pode ser. Mas tenho a tranquilidade e a gratidão de reconhecer que tudo aconteceu como deveria ser.

À minha família, que mesmo diante de tantas limitações, me proporcionou dignidade, valores, perseverança para seguir em busca dos meus objetivos, humildade para entrar e sair dos lugares respeitando minha história e a dos que me cercam, resiliência para enfrentar as quedas e tropeços que a vida impõe, e, acima de tudo, a valorização do estudo e do trabalho árduo.

À minha psicóloga, que há anos tem sido a escuta mais atenta e sensível das minhas questões, e um espelho fundamental para que eu consiga me enxergar com mais clareza e verdade.

Aos meus amigos e amores, que tornaram a caminhada mais leve, feliz e afetuosa, e em especial, alguns que me encorajaram a não desistir de concluir este curso.

E, por fim, agradeço a mim mesmo(a). Por não desistir, por enfrentar medos, dúvidas e obstáculos com coragem e resiliência. Cada etapa vencida neste percurso representa também uma vitória interna. Que este trabalho seja não apenas um fim, mas um novo começo, marcado pela gratidão e pelo desejo contínuo de aprender e evoluir.

“As desigualdades sociais e regionais no Brasil são o maior entrave ao nosso desenvolvimento. Enquanto elas persistirem, os avanços serão sempre parciais e instáveis.”

(Celso Furtado)

“Mesmo nas realidades mais desiguais, é possível semear conhecimento e colher consciência , e com ela, transformar a história de muitas vidas”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho analisa o endividamento das famílias brasileiras entre 2020 e 2024, período marcado pelo choque econômico causado majoritariamente pela pandemia de COVID-19, e a posterior retomada da economia brasileira. O estudo tem como objetivo investigar os efeitos da pandemia sobre o endividamento familiar, através de um recorte regional brasileiro, de renda e grau de endividamento da população. A proposta envolve utilizar a pesquisa descritiva e qualitativa para analisar resultados e percepções acerca do tema, com auxílio de dados públicos do Sistema de Informações de Créditos (SCR) fornecidas pelo Banco Central do Brasil para avaliar como os números refletem sobre esta problemática. Os resultados reforçaram a hipótese de que a dívida é marcada por desigualdades e que seu impacto é mais severo sobre as camadas mais vulneráveis da população, uma vez que a região Norte e Nordeste do país concentram os maiores índices de endividamento e alta estável de inadimplência por alguns anos refletindo a incapacidade financeira de arcar com obrigações. Ao tornar este resultado explícito, o presente estudo busca contribuir para a compreensão do endividamento como um fenômeno complexo e desigual, propondo reflexões para a formulação de estratégias e políticas públicas no que tange à educação financeira inclusiva e mais social.

Palavras-chave: endividamento. famílias brasileiras. covid-19. localidades geográficas. desigualdade.

ABSTRACT

This study analyzes the indebtedness of Brazilian families between 2020 and 2024, a period marked by the economic shock caused mainly by the COVID-19 pandemic and the subsequent recovery of the Brazilian economy. The objective of the study is to investigate the effects of the pandemic on household debt, using a regional, income, and debt-level breakdown of the Brazilian population. The approach involves using descriptive and qualitative research to analyze results and perceptions on the topic, with the support of public data from the Credit Information System (SCR) provided by the Central Bank of Brazil, to assess how the numbers reflect this issue. The results reinforced the hypothesis that debt is characterized by inequalities and that its impact is more severe on the most vulnerable segments of the population, since the North and Northeast regions of the country concentrate the highest levels of indebtedness and have experienced a stable increase in default rates for several years, reflecting the financial inability to meet obligations. By making this result explicit, the present study seeks to contribute to the understanding of indebtedness as a complex and unequal phenomenon, proposing reflections for the formulation of strategies and public policies regarding more inclusive and socially oriented financial education.

Keywords: indebtedness. brazilian households. covid-19. geographic locations. inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Apresentação do processo de ETL (Extração, Transformação e Carga de Dados).....	15
Figura 2 – Exemplo de tabela de dados fornecida pelo Banco Central do Brasil	15
Figura 3 - Evolução do endividamento das famílias brasileiras entre 2019 a 2024 ...	20
Figura 4 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à renda dos últimos 12 meses entre 2019 e 2024.....	21
Figura 5 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à faixa de renda entre 2020 e 2024.....	22
Figura 6 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à modalidade de crédito por faixa de renda entre 2020 e 2024	23
Figura 7 - Evolução do endividamento das famílias brasileiras por região entre 2019 e 2024.....	24
Figura 8 – Evolução de inadimplência das famílias brasileiras por região entre 2019 e 2024.....	25
Figura 9 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à modalidade de crédito por região brasileira entre 2020 e 2024	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	14
3 SITUAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL ENTRE 2020 E 2024	17
4 EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	19
5 A GEOGRAFIA DA DÍVIDA BRASILEIRA	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Estudar o endividamento de um país é fundamental para compreender a real condição financeira da população, revelando desigualdades sociais e regionais que estruturam o modo como diferentes grupos enfrentam desafios econômicos. Esse diagnóstico permite identificar vulnerabilidades, orientar políticas públicas mais justas, direcionadas e promover condições de vida mais dignas.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal trazer uma breve discussão sobre o endividamento das famílias brasileiras sob uma perspectiva regional, analisando como desigualdades estruturais geográficas podem influenciar o perfil e a distribuição da dívida no território nacional. Considerando o impacto excepcional da pandemia de COVID-19 sobre a economia brasileira e sobre o orçamento das famílias, o estudo concentra sua análise no período de 2020 a 2024, abrangendo o choque inicial causado pela crise sanitária, analisando o aumento expressivo do endividamento durante o período de maior incerteza econômica e o movimento posterior de retomada.

De forma complementar, as principais contribuições e discussões deste estudo que possibilitam fundamentar o objetivo principal, consistem em a) analisar a evolução do endividamento, inadimplência, comprometimento de renda e modalidades de dívidas das famílias brasileiras entre 2020 e 2024, com base nos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil; b) Investigar a influência de benefícios políticos e sociais de financeirização para famílias mais vulneráveis, como Auxílio Emergencial, podem afetar o endividamento e dependência das famílias; c) discutir como a geografia da desigualdade no Brasil influencia os padrões de endividamento, identificando diferenças, vulnerabilidades e dependências entre grupos populacionais e regiões, destacando o papel das condições socioeconômicas locais nesse processo; e d) discutir recomendações de políticas públicas e iniciativas de educação financeira que contribuam para mitigar o endividamento excessivo e promover uma inclusão financeira sustentável e menos desigual.

Realizar a análise da evolução do endividamento sob o prisma da desigualdade regional oferece subsídios fundamentais para compreender o

fenômeno de forma mais profunda e socialmente contextualizada. O endividamento não se resume a uma questão técnica de falta de recursos financeiros apenas, ele também reflete a ausência de educação financeira, a carência de políticas públicas eficazes e a falta de investimentos em determinadas regiões, configurando um fenômeno multidimensional que exige análises e discussões mais exaustivas sobre o tema.

A escolha deste tema é motivada tanto por lacunas identificadas na literatura e dados recentes quanto por experiências empíricas: durante minha trajetória de origem simples e humilde, observei famílias próximas enfrentando dificuldades para lidar com dívidas, com pouco acesso a recursos financeiros e educacionais que possibilitem superar essa situação. Essa observação particular encontra respaldo nos dados nacionais mais recentes, que apontam tendências preocupantes para o futuro do país.

Segundo Santos, Espírito Santo e Pinheiro (2024), “o acesso ao crédito, especialmente quando não é gerido adequadamente, pode levar ao aumento do endividamento das famílias e ao comprometimento significativo de suas rendas a longo prazo”. Complementado por dados recentes do CNC (2025) revelam que, pelo nono mês consecutivo, o percentual de famílias endividadas atingiu o maior patamar da série histórica iniciada em 2010, com projeção de aumento de 3,3 pontos percentuais até o final de 2025, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

Esses indicadores evidenciam o abismo entre as causas e os efeitos do endividamento, ressaltando a urgência de soluções práticas que enfrentem essas lacunas para evitar danos ainda mais severos na economia e no bem-estar da população como a pobreza extrema, ciclo vicioso em dívidas, famílias marcadas pelos comprometimentos de suas rendas e entre outras situações preocupantes. Diante desse cenário, torna-se fundamental a produção de estudos que investiguem causas, comportamentos e relações do endividamento, fornecendo subsídios para melhores condições sociais e antecipação de riscos como, por exemplo, evitar a repetição ou agravamento desses resultados nos próximos anos.

Diante da problemática e contextualização, o presente estudo foi realizado considerando este pano de fundo e os resultados reforçaram que o endividamento

no Brasil é marcado por profundas desigualdades e que seus efeitos recaem de maneira mais severa sobre as camadas mais vulneráveis da população, especialmente em contextos de crise como o vivenciado durante a pandemia. Ao tornar explícitas essas dinâmicas, o presente estudo busca contribuir para a compreensão do endividamento como um fenômeno complexo, multidimensional e desigual, oferecendo subsídios para reflexões e formulações de políticas públicas voltadas à inclusão financeira e ao fortalecimento da educação financeira de caráter social.

2 METODOLOGIA

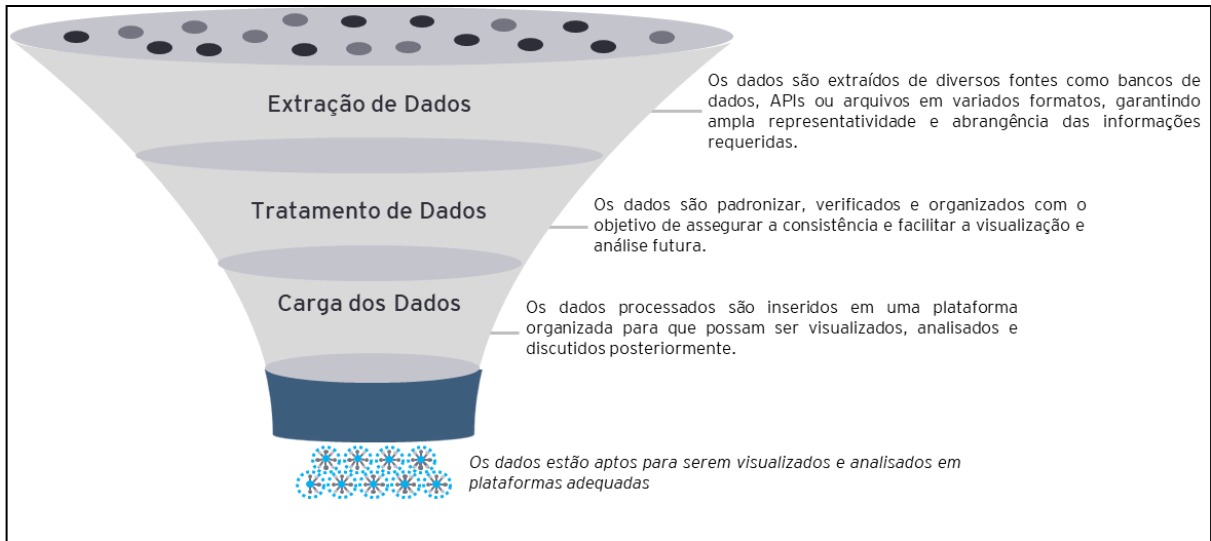
Este trabalho adota um delineamento de pesquisa exploratória, com ênfase na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais. O estudo utiliza informações públicas do Sistema de Informações de Créditos (SCR), disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período de 2020 a 2024. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma ampla e detalhada, a evolução do endividamento das famílias brasileiras com dados quantitativos e achados investigativos em um contexto marcado por profundas transformações econômicas e sociais, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19.

Os dados utilizados no estudo são disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, através do pelo Sistema de Informações de Créditos (SCR), os quais incluem dados detalhados sobre Carteira Ativa, Inadimplência e Ativo Problemático agregadas com possibilidade de detalhamento por segmento da instituição financeira, tipo de cliente (PF/PJ), modalidade de crédito, unidade da federação, Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (PJ), natureza da ocupação (PF), porte/rendimento dos clientes, origem de recursos e indexador das operações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025). Cada tabela é referente aos dados de determinado ano e mês, sendo cada uma com 23 colunas e em média 700.000 linhas, o que demonstra a magnitude de dados e complexidade no tratamento e análise do material.

A disponibilização de dados de forma pública, transparente e acessível possibilita um melhor acesso para estudos correlatos, todavia, para melhor análise dos dados, a construção de gráficos exigiu tratamento, modelagem e transformação das informações de modo que estes estivessem normalizados. A normalização de dados tem como objetivo organizar os dados em um banco relacional eficiente, minimizando a redundância e prevenindo anomalias de inserção, atualização e exclusão (SHIN; SANDERS, 2006).

O processo de tratamento, modelagem e transformação das informações pode ser representado conforme figura a seguir:

Figura 1 - Apresentação do processo de ETL (Extração, Transformação e Carga de Dados)



Fonte: elaboração própria.

Abaixo, um exemplo de uma das bases disponibilizadas e extraídas do Banco Central do Brasil referente ao mês de janeiro de 2021.

Figura 2 – Exemplo de tabela de dados fornecida pelo Banco Central do Brasil

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S
1	data_base	uf	tcb	sr	cliente	ocupacao	cnae_sec	cnae_sub	porte	modalidad	origem	indexador	numero_d	a_vencer	ia_vencer	ia_vencer	ia_vencer	ia_vencer	ia_vencer
2	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Cartã	Sem destir Prefixado	823	4039154	1050094	88112,45	12494,85	26471,84	((
3	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Empré	Sem destir Prefixado	628	1848032	5470449	12040400	8860550	7985961	0,0	(
4	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Empré	Sem destir Prefixado	183	290286,9	975014,3	1184114	501744,2	288520,1	((
5	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Habit	Com destir Pós-fixado	29	189802,2	513258,7	1160000	914082,4	2174969	384178,!	(
6	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Outro	Sem destir Prefixado	155	134683,2	254427,9	230100,8	172185,7	287972,2	((
7	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Outro	Sem destir Pós-fixado <= 15	28126,8	73941,37	142653,1	87011,79	99231,75	6430,2!	((
8	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Rural	Com destir Prefixado	101	349203,1	1466631	2499506	1325325	1406879	19361,1!	(
9	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Rural	Com destir Pós-fixado <= 15	0	0	0	235703,1	353554,6	((
10	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Acima PF - Veicul	Sem destir Prefixado	20	74378,9	200410,2	303772,4	86978,76	0	((
11	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Cartã	Sem destir Prefixado	636	334390,1	77283,62	11742,44	2637,76	461,87	((
12	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Cartã	Sem destir Pós-fixado <= 15	0	0	0	0	0	0	((
13	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Empré	Sem destir Prefixado	1238	528997,6	1421380	2659245	1453418	743381,7	((
14	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Empré	Sem destir Prefixado	255	93479,17	207026,7	228687,8	79283,08	8007,22	1787,9!	(
15	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Habit	Com destir Pós-fixado <= 15	13731,18	38448,55	86235,31	66436,25	132852,1	18991,0!	((
16	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Outro	Com destir Pós-fixado <= 15	475,2	0	0	0	0	0	((
17	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Outro	Sem destir Prefixado	285	70459,15	94990,31	50756,17	25517,75	5683,33	((
18	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Outro	Sem destir Pós-fixado <= 15	298,58	753,28	89,98	0	0	0	((
19	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Rural	Com destir Prefixado <= 15	6893,08	27393,64	77370,13	2384,43	0	0	((
20	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Até 1 : PF - Veicul	Sem destir Prefixado	21	90927,51	138471,3	186974,8	69294,93	667,64	480,6!	(
21	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Indisp PF -	Sem destir Prefixado	71	60473,07	10536,28	0	0	0	((
22	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Indisp PF - Empré	Sem destir Prefixado	2420	1331103	3490193	6427450	3765410	2087344	6969,6!	(
23	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Indisp PF - Empré	Sem destir Pós-fixado <= 15	7471,08	24647,63	35526,06	9758,36	0	0	((
24	31/01/2021	AC	Bancário	S1	PF	PF - Apose -	-	-	-	PF - Indisp PF - Outro	Sem destir Prefixado <= 15	4799,96	9706,3	2711,3	0	0	0	((

Fonte: Banco Central do Brasil (2025).

O tratamento de dados, ou seja, a etapa de tratamento e limpeza dos dados, foi realizado através no Power Query do Microsoft Excel e a carga de dados para melhor análise e visualização através de gráficos foi feita através do Microsoft Power BI. A seleção do Power BI como ferramenta de Business Intelligence (BI) considerou tanto o conhecimento técnico prévio pessoal quanto sua reconhecida relevância no mercado quando comparada a outras plataformas de serviço semelhante, evidenciada pelo relatório anual da Gartner, empresa referência em análise comparativa de segmentos de mercado.

Como mencionado acima, a análise foi delimitada para focar no objetivo central do estudo. Assim, dados referentes a pessoas jurídicas foram excluídos, pois este trabalho visa analisar apenas famílias, sem vínculo com organizações.

3 SITUAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL ENTRE 2020 E 2024

No período de 2020 a 2024, o Brasil, assim como todo o mundo, enfrentou uma fase particularmente desafiadora sob o ponto de vista econômico e social, resultado direto dos impactos da pandemia de COVID-19. O contexto sanitário adverso levou à paralisação de diversas atividades produtivas, restrição da mobilidade social e significativa queda na renda de milhares de pessoas, com efeitos mais acentuados sobre os trabalhadores informais e famílias de baixa renda, segmento que compõem uma parcela relevante do mercado de trabalho nacional.

A pandemia de COVID-19 intensificou e catalisou problemas já existentes na sociedade brasileira, como a desigualdade e o endividamento das famílias, porém antes mesmo da pandemia, o Brasil já vinha apresentando alguns sinais de austeridade fiscal, econômico e social que podem ter influenciado os efeitos negativos da crise sanitária no tocante ao tema deste presente estudo. Como destaca Gentil & Bruno (2021), a adoção de políticas de austeridade, como o teto e subteto de gastos (2016), privatizações de setores importantes como Petróleo, Gás e Energia, fragilizou o Estado de bem-estar social e limitou a capacidade do setor público de responder à crise sanitária. Tais medidas estavam mais focadas no enriquecimento do país por meio de uma via de maior favorecimento às camadas mais ricas do país em detrimento do desenvolvimento e maior investimento socioeconômico nas camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Diante do surgimento da pandemia de COVID-19 e em meio a um país que sofria algumas posturas econômicas austeras para gastos primários, o país enfrentou em 2020, período inicial pandêmico, uma taxa de desemprego que atingiu 14,7% da força de trabalho, acompanhada de informalidade superior a 39%, precarização das relações de trabalho e aumento expressivo de trabalhadores desalentados e subutilizados, retração de 4% do PIB – Produto Interno Bruto- e redução expressiva de 8% em trabalhadores formais com carteira assinada. (PNAD Contínua/IBGE, dados do 3º trimestre terminado em abril de 2024). Dentre as possíveis formas como muitos brasileiros lidaram com isso foi contraindo empréstimos para arcar com necessidades básicas, somando este fato a um país

que não tem a educação financeira básica como pré-requisito de educação primária, o endividamento firmou-se realidade na maioria dos lares.

A maior e mais rápida ação do Governo Federal foi a criação do Auxílio Emergencial em 2020, inicialmente no valor de R\$ 600 (seiscentos reais). Segundo Paiva et al. (2021), o Auxílio Emergencial possibilitou o acesso a bens e serviços básicos para milhares de pessoas, evitando que estas caíssem em situação extrema de pobreza, bem como o colapso imediato da economia brasileira e um maior declínio sanitário. Inicialmente, o benefício contribuiu para a estabilidade econômica das famílias, permitindo gastos essenciais como alimentação, higiene e saúde. Estudos indicam que, durante o período em que o auxílio foi concedido, houve uma discreta redução nos níveis de endividamento no país, sugerindo que muitas famílias utilizaram a quantia recebida para quitar dívidas.

Entretanto, a suspensão abrupta do benefício pelo Governo Federal no início de 2021 alegando impossibilidade de manter o alto custo do benefício cedido, bem como o pouco investimento em políticas sociais, sanitárias e públicas em meio a pandemia para a população, fez com que novamente, famílias brasileiras desfavorecidas sofressem seus efeitos provocando o aumento da inadimplência financeira.

Outra medida que influenciou os efeitos de um endividamento em massa, foi a relação dos trabalhos formais como forma de atenuar os efeitos financeiros para empresas, o Governo Federal instituiu a possibilidade de alterações no contrato de trabalho como a redução da carga horária e até mesmo a suspensão temporária dos contratos de trabalho através do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e por consequência, redução do salário e benefícios dos colaboradores, como forma de compensar, o Governo Federal disponibilizou o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, porém todas essas medidas resultaram em uma dificuldade generalizada em arcar com compromissos previamente contraídos.

A partir do contexto brevemente apresentado, fez-se cenário apropriado para uma situação de aumento exponencial do endividamento das famílias brasileiras como uma resposta inevitável às demandas de sobrevivência impostas pelos desafios estruturais do país e pela crise sanitária.

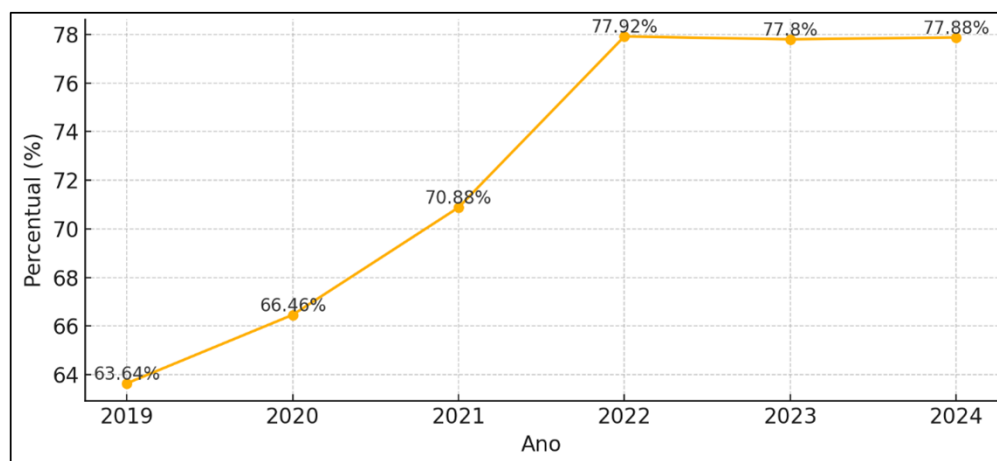
4 EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

O endividamento brasileiro é um fenômeno complexo, cuja trajetória ao longo dos anos revela que sua origem está frequentemente associada a fatores externos e conjunturais, como crises econômicas globais, políticas públicas, mudanças no mercado de trabalho e, mais recentemente, teve seu recorde atingido no Brasil devido aos impactos da pandemia de COVID-19. Embora não seja um tema novo, o endividamento passou por diferentes fases ao longo do tempo, refletindo as vulnerabilidades estruturais do país e as respostas da sociedade aos desafios impostos pela instabilidade econômica e social. Conforme Gentil e Bruno (2021), “o endividamento das famílias pode ser dividido em três fases”, sendo a primeira de 2005 a 2015, marcada pelo crescimento acelerado do crédito e aumento da massa salarial; a segunda, entre 2016 e 2017, caracterizada pela desaceleração econômica e maior seletividade no crédito; e a terceira, a partir de 2018, quando o endividamento volta a crescer, atingindo seu ápice durante a pandemia da COVID-19.

Assim, compreender a evolução do endividamento das famílias brasileiras exige uma análise cuidadosa das condições socioeconômicas e das iniciativas governamentais que influenciam diretamente os principais indicadores, como acesso ao crédito e capacidade de pagamento da população. Para o presente estudo, será analisada a evolução do endividamento por meio dos principais indicadores econômicos durante a terceira fase, o período pandêmico de 2020 a 2024, com breve contextualização prévia do período anterior à pandemia.

De forma abrangente, o índice de endividamento familiar no período pré-pandêmico já era considerado elevado, cerca de 60% das famílias estavam endividadas, conforme dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio (CNC) em janeiro de 2019. Esse patamar cresceu velozmente nos anos subsequentes durante a pandemia, alcançando 70,88% em junho de 2021 e em 2022, onde atingiu seu recorde de 77,92%, já nos anos seguintes houve uma leve redução e estabilização desse nível, conforme figura 3.

Figura 3 - Evolução do endividamento das famílias brasileiras entre 2019 e 2024



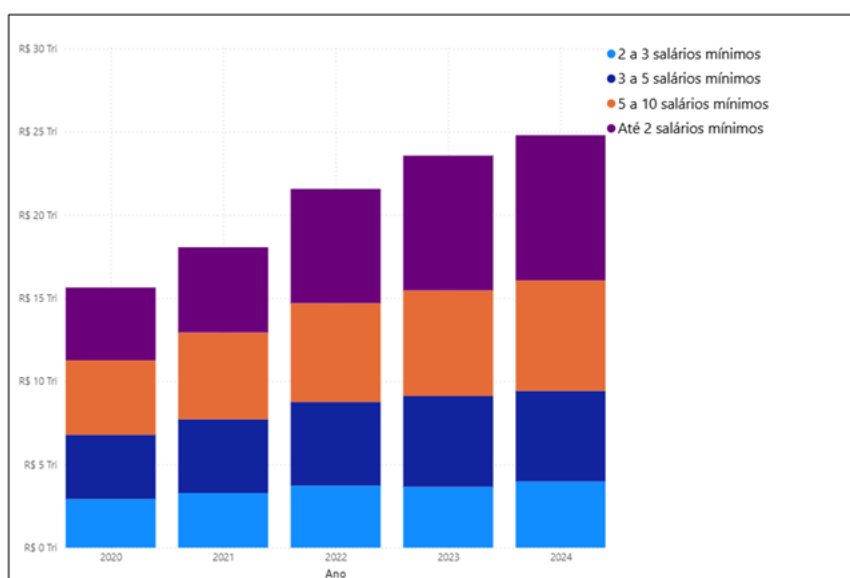
Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC)

Um indicador essencial para aprofundar a análise do endividamento financeiro das famílias, complementando os resultados apresentados na figura 3, é o Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (RNDBF) disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. Esse indicador mensura a proporção da renda anual das famílias comprometida com dívidas junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), permitindo avaliar não apenas o volume de dívidas, mas a capacidade real das famílias de honrá-las frente às suas respectivas rendas.

Na figura 4, apresentado a seguir, evidencia a trajetória desse comprometimento da renda com dívidas ao longo do período analisado. Observa-se um movimento de crescimento contínuo do endividamento a partir de 2019, refletindo o agravamento das condições socioeconômicas durante a pandemia de COVID-19. Entre março e agosto de 2020, ocorre uma leve redução do indicador, fenômeno que coincide com a implementação do Auxílio Emergencial, medida que ampliou temporariamente a renda disponível das famílias e possibilitou a redução ou quitação de dívidas. No entanto, com a suspensão do benefício no início de 2021 e outros fatores como a precarização do mercado de trabalho e as mudanças de contrato de emprego, somada à inflação de alimentos e serviços essenciais – como

Como demonstrado na figura 5, observa-se o volume de endividamento cresceu de forma ascendente no período analisado para todas as faixas de renda, reforçando o impacto negativo da pandemia COVID-19 na população brasileira. Nota-se também que, os grupos com menor poder aquisitivo (até 2 salários-mínimos), que representam a maior parcela da população atualmente, concentram os maiores índices de endividamento, ressaltando a relação estrutural entre baixa renda, carência de educação financeira, dependência de crédito, benefícios via financeirização por parte dos governantes e grande vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 5 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à faixa de renda entre 2020 e 2024

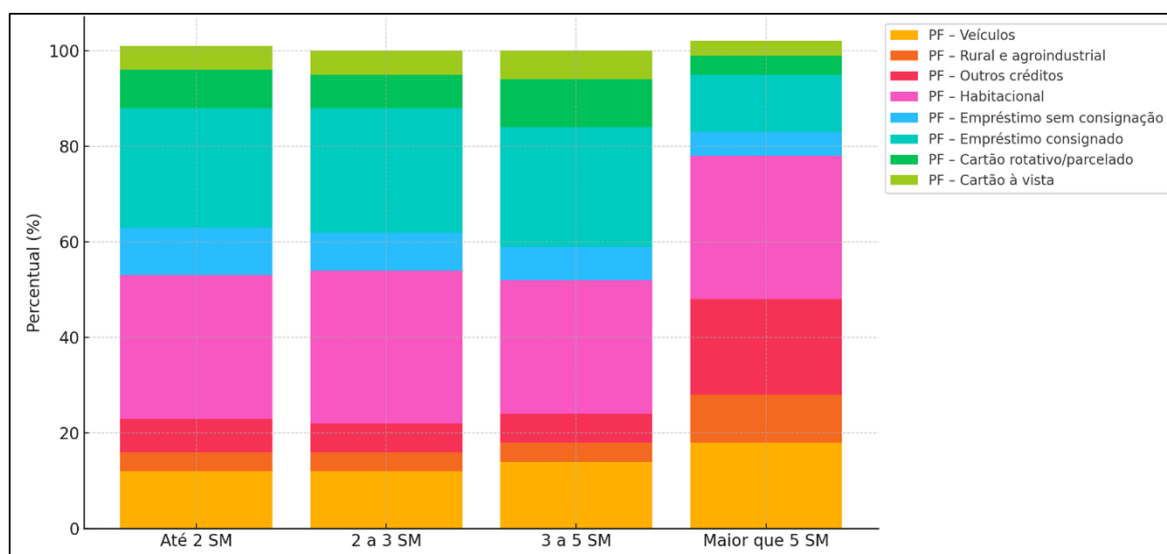


Fonte: Banco Central. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Elaboração própria (2025).

Outro fator que explica o alto endividamento das famílias, em especial das que possuem menor poder aquisitivo, é a forma de tomada de crédito por modalidade. Na figura 6 evidencia que as famílias de baixa renda recorrem majoritariamente a linhas de crédito mais onerosas, como cartão de crédito rotativo ou parcelado e empréstimos, modalidades caracterizadas por juros elevados, que levam a maior dependência às dívidas e alto risco de inadimplência. Essa dinâmica revela não apenas uma limitação no acesso a opções mais seguras, mas também a reprodução de um padrão estrutural de vulnerabilidade socioeconômica,

dependência destes formatos acessíveis e onerosos, e a falta de letramento sobre educação financeira. Como destacado por Santos, Espírito Santo e Pinheiro (2024), “a configuração desigual do acesso e uso do crédito sugere um agravamento dessa desigualdade guiada pelo ciclo vicioso do aprisionamento ao Sistema Financeiro”.

Figura 6 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à modalidade de crédito por faixa de renda entre 2020 e 2024



Fonte: Banco Central. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Elaboração própria.

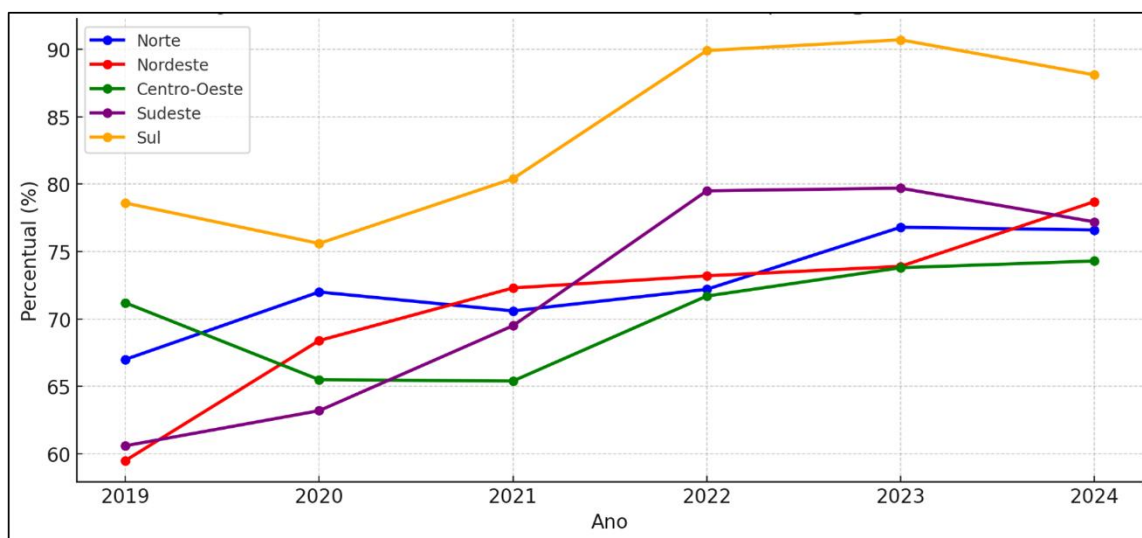
Para compreender com maior profundidade as dinâmicas do endividamento brasileiro, torna-se imprescindível considerar também as disparidades regionais que caracterizam um país tão diverso e historicamente marcado pela distribuição desigual de riqueza e oportunidades. As disparidades territoriais influenciam diretamente o acesso ao crédito, capacidade de pagamento e os níveis de vulnerabilidade e dependência financeira das famílias, evidenciando que o endividamento é também uma questão sociocultural possivelmente marcada pela isenção de políticas públicas e investimento regional. É essa nuance regional que orienta os argumentos desenvolvidos na próxima seção deste estudo.

5 A GEOGRAFIA DA DÍVIDA BRASILEIRA

O entendimento do endividamento das famílias brasileiras exige, necessariamente, um aprofundamento sobre as desigualdades regionais em relação ao contexto histórico do país, níveis de renda da população, desenvolvimento econômico, estrutura produtiva e acesso a oportunidades das regiões. A heterogeneidade brasileira está diretamente ligada a forma como as pessoas contraem dívidas e honram seus compromissos financeiros. Ignorar esta realidade do país (LAVINAS, 2017) contribui para o aumento das desigualdades sociais, pois as famílias mais vulneráveis são mais propensas a contrair dívidas de alto custo e têm maior dificuldade em quitá-las, levando a um ciclo vicioso de dívidas.

Conforme ilustrado na figura 7, de modo geral, todas as regiões sofreram os efeitos do endividamento, especialmente, no período estudado, de acordo com suas condições locais e socioeconômicas.

Figura 7 - Evolução do endividamento das famílias brasileiras por região entre 2019 e 2024



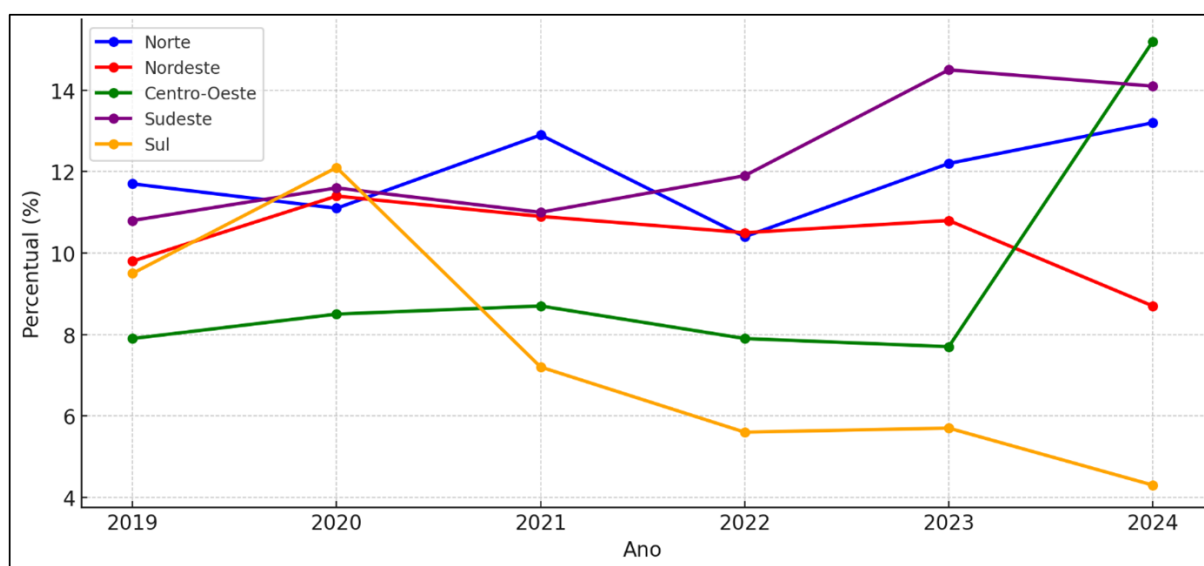
Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC)

Por meio do gráfico, observa-se que a região Norte apresenta um crescimento contínuo, especialmente a partir de 2021. Esse comportamento pode ser interpretado como uma resposta rápida às condições locais, caracterizadas por alta informalidade, menor renda média e maior dependência de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. O breve declínio do endividamento ao final de 2020 e seguido por uma nova elevação a partir de 2021 reforça o argumento previamente discutido sobre os efeitos da injeção do Auxílio Emergencial e seu corte abrupto, entre outros fatores que podem ter influenciado a tendência consistente de aumento do endividamento familiar.

O Nordeste apresentou um comportamento semelhante, com forte elevação após 2020 e registrando seu nível mais alto em 2024, o que está diretamente ligado ao contexto histórico de uma região que possui menor acesso e exposição a ao crédito formal. O Centro-Oeste é a região que apresenta menores níveis de endividamento, o que pode ser explicado pela sua base sólida de econômica baseada no agronegócio, um dos setores pelo qual recebe os maiores incentivos ao desenvolvimento no país, facilitando assim, muita formalização de empregabilidade e acesso ao crédito financeiro. Por fim, a região Sul e Sudeste apresenta altos índices de endividamento, mas de forma inversa as demais regiões tiveram seus índices reduzidos em 2024, com uma posterior retomada após a crise sanitária do COVID-19.

Embora o endividamento seja um indicador relevante para avaliar o comprometimento financeiro das famílias brasileiras, ele não implica necessariamente ausência de amortizações. Em termos gerais, o endividamento indica a existência de uma dívida, mas não garante que ela não será quitada. Para uma análise mais crítica, é importante considerar também o grau de inadimplência por região, ou seja, a proporção dessas dívidas que deixam de ser pagas dentro do prazo acordado entre as partes. Conforme apresentado na figura 8 a seguir, é possível interpretar um panorama geral da capacidade das famílias de reagir a situações de vulnerabilidade financeira, resultando em inadimplência.

Figura 8 – Evolução de inadimplência das famílias brasileiras por região entre 2019 e 2024



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC)

De forma semelhante à evolução do endividamento, a análise da inadimplência por região evidencia as desigualdades e desafios enfrentados em diferentes partes do território brasileiro. Nas regiões Norte e Nordeste, onde os níveis de endividamento são elevados, combinados com rendas mais baixas e alta vulnerabilidade econômica decorrente da falta de investimentos, menor desenvolvimento e acesso limitado a empregos formais, a incapacidade de honrar dívidas permanece significativa.

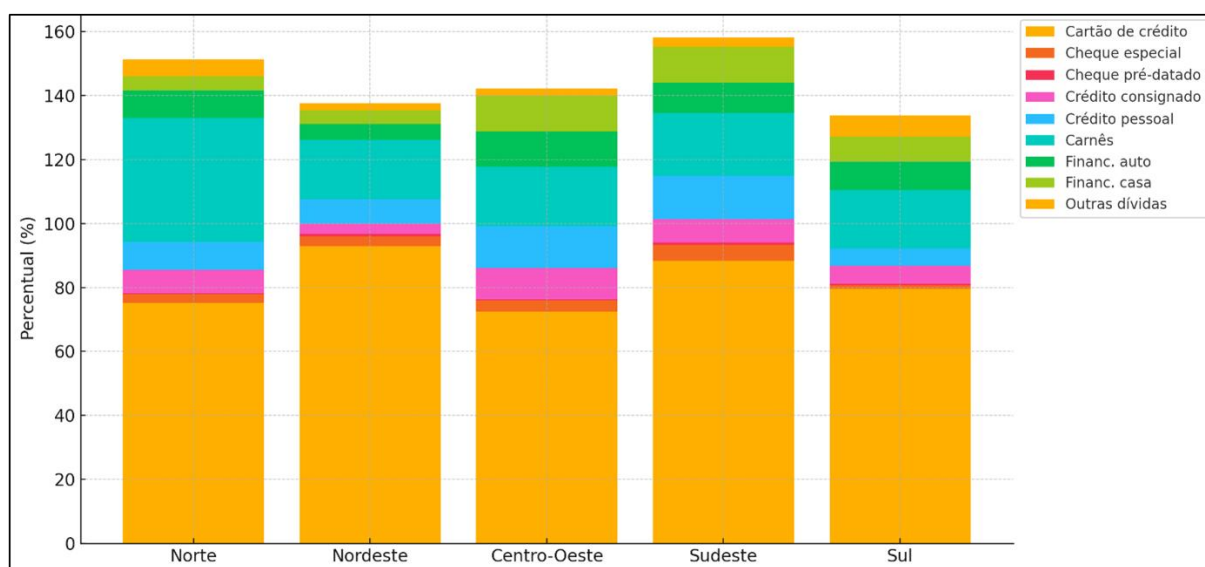
No Centro-Oeste, embora o endividamento seja mais estável, observa-se um crescimento acentuado da inadimplência em 2024, sugerindo sinais de instabilidade econômica regional. No Sudeste, o aumento expressivo da inadimplência acompanha a elevação do endividamento, refletindo tanto os impactos da pandemia quanto a perda do poder aquisitivo das famílias.

Já a região Sul apresenta um cenário distinto: apesar de concentrar alguns dos maiores percentuais de endividamento, mantém as menores taxas de inadimplência, resultado de maior renda, acesso a crédito de melhor qualidade e maior capacidade financeira. Assim, enquanto o endividamento revela a exposição das famílias ao crédito, a inadimplência evidencia sua capacidade, ou falta dela, de cumprir esses compromissos, confirmando que a vulnerabilidade financeira no Brasil

se manifesta de forma profunda e desigual entre as regiões de acordo com a forma que estas são estruturadas e apoiadas no cenário governamental.

Outro fator relevante na análise do endividamento e da inadimplência é a forma como essas dívidas são contraídas, considerando as modalidades de crédito disponíveis, uma vez que, diferentes modalidades podem oferecer distintas formas de dependência às dívidas. Conforme figura 9 abaixo, é possível compreender a distribuição das dívidas por modalidade de crédito em cada região do Brasil, o que contribui para explicar por que determinadas regiões apresentam níveis mais elevados de endividamento, enquanto outras demonstram maior capacidade de adimplência.

Figura 9 – Endividamento das famílias brasileiras em relação à modalidade de crédito por região brasileira entre 2020 e 2024



Fonte: Banco Central. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Elaboração própria.

O gráfico contribui para a compreensão dos níveis de endividamento e inadimplência por região, evidenciando padrões distintos no território brasileiro. Nas regiões Norte e Nordeste, observa-se uma forte concentração no uso de modalidades como cartão de crédito, modalidade caracterizada por elevadas taxas de juros e maior dependência financeira das famílias devido as suas formas de parcelamento, conforme previamente mencionando. Em muitos casos, o cartão de

crédito é utilizado como complemento da renda para suprir necessidades básicas, o que acentua a vulnerabilidade econômica, especialmente por regiões marcadas por baixo desenvolvimento e maior parcela de famílias de baixa renda.

No Centro-Oeste, embora haja predominância do cartão de crédito, verifica-se uma maior diversificação das modalidades de crédito, fator que pode ter contribuído para níveis relativamente mais estáveis de endividamento e inadimplência, além de indicar maior acesso da população a diferentes instrumentos financeiros. O Sudeste, por sua vez, apresenta elevados índices de endividamento e inadimplência em determinados períodos, associados não apenas à diversidade de modalidades de crédito, incluindo financiamentos de longo prazo, mas também a aspectos culturais e comportamentais que influenciam a relação das famílias com o crédito. Por fim, a região Sul, que registrou altos níveis de endividamento no início da série histórica analisada e posterior redução significativa da inadimplência, demonstra menor exposição a modalidades mais onerosas e maior presença de dívidas consideradas mais estáveis, como financiamentos imobiliários e consignados.

Em síntese, a análise reforça que o problema do endividamento no país não se limita ao volume de dívidas contraídas, mas envolve a qualidade dos compromissos assumidos, grau de compreensão financeira das famílias, acesso a determinados meios de educação e conhecimento. O nível de maturidade em educação financeira e as possíveis falta de aporte em desenvolvimento regional evidencia como as diferenças regionais refletem, explicitamente, a vulnerabilidade econômica em um país marcado pela heterogeneidade socioeconomia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a dinâmica do endividamento das famílias brasileiras entre 2020 e 2024, período coincidente com a pandemia de COVID-19, considerando as nuances e a heterogeneidade do território nacional. Para subsidiar a análise, foram incorporados aspectos relevantes, como o contexto histórico e geográfico, além de séries temporais sobre endividamento, inadimplência, modalidades de crédito e acesso a instrumentos financeiros, com base em dados públicos do Banco Central do Brasil e em pesquisas correlatas.

Os resultados indicaram que o nível de endividamento apresentou crescimento expressivo durante e após a pandemia, influenciado por fatores exógenos, bem como por elementos conjunturais e estruturais da economia brasileira. A análise regional revelou um cenário ainda mais complexo: embora todas as regiões tenham registrado aumento no endividamento, Norte e Nordeste se destacaram pela maior vulnerabilidade, decorrente da predominância de modalidades de crédito com elevado custo e da fragilidade do mercado de trabalho; enquanto regiões como Sul e Sudeste concentraram dívidas mais elevadas, porém associadas a modalidades estruturadas e com menor risco e índices de inadimplência.

A conclusão acima se baseia na análise dos dados quantitativos que, confirma que o endividamento das famílias brasileiras cresceu de forma expressiva entre 2020 e 2024, saltando de 63,64% em 2019 para o recorde de 77,92% em 2022, estabilizando-se em 77,88% em 2024. Nesse período, o comprometimento da renda familiar com dívidas atingiu quase 50%. Regionalmente, Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais de famílias endividadas em 2024, próximos de 80% e ambos com taxas de inadimplência superiores a 10%. No Sul, apesar do alto endividamento, a inadimplência foi a menor do país, em torno de 6%, indicando maior capacidade de pagamento, cenário similar da região Sudeste. As modalidades de crédito mais onerosas, como cartão de crédito, foram predominantes nas regiões mais endividadas e inadimplentes, reforçando o ciclo vicioso e a dificuldade de se

desvencilhar de modalidades de créditos onerosas e dependentes. Esses resultados evidenciam que as desigualdades regionais e socioeconômicas influenciam diretamente os padrões de endividamento e inadimplência no Brasil.

Ao correlacionar os achados da pesquisa com as tendências atuais, observa-se que não há indicativos de redução significativa nos níveis de endividamento a curto ou médio prazo. A inadimplência segue trajetória ascendente, com tendência de continuidade caso não sejam implementadas medidas efetivas e urgentes. Sem intervenções, o Brasil permanecerá convivendo com elevados índices de endividamento e inadimplência, fatores que comprometem a qualidade de vida da população, evidenciam a ausência de uma educação financeira sólida e reforçam a incapacidade de muitas famílias de garantir condições dignas para suprir necessidades básicas. Como mencionado por Gentil e Bruno (2021), “os efeitos do elevado endividamento representam um risco para o crescimento econômico, às instituições financeiras e à toda a sociedade, que será contaminada pelos efeitos dominó da inadimplência, afundando em maior vulnerabilidade as famílias de renda média e baixa”.

Diante desse diagnóstico, torna-se evidente a necessidade de medidas técnicas, mas sobretudo, sociais considerando as particularidades de cada região para mitigar a crise do endividamento. Medidas como a ampliação de programas de educação financeira em escolas e comunidades, a regulação de modalidades de crédito de juros abusivos e o fortalecimento de mecanismos de proteção social são essenciais para reduzir a vulnerabilidade das famílias de menor renda. Iniciativas como o Desenrola Brasil, que ampliam oportunidades de renegociação com condições mais favoráveis, devem ser mantidas e aprimoradas, especialmente para regiões mais frágeis do ponto de vista econômico. Além disso, investimentos que promovam a formalização do trabalho e acesso a crédito seguro podem contribuir para diminuir a dependência de modalidades rotativas e para melhorar a qualidade do endividamento.

Em síntese, este estudo evidencia que o endividamento familiar no Brasil é um fenômeno multifacetado, influenciado por desigualdades históricas, fragilidades estruturais e um sistema de crédito muitas vezes excludente. A compreensão integrada de endividamento, inadimplência e modalidade de dívida revelou que a

geografia da dívida brasileira acompanha fielmente a geografia da desigualdade social, economia e regional. Superar esse cenário exige uma combinação de políticas econômicas, educacionais e sociais capazes de promover inclusão financeira, fortalecer a renda das famílias e garantir que o crédito seja instrumento de apoio e não de aprisionamento financeiro. Somente dessa forma será possível construir uma trajetória sustentável de bem-estar e desenvolvimento para as famílias brasileiras.

REFERÊNCIAS

SCR.data - Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/it/dataset/scr_data?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 10 out. 2025.

Household debt - Banco Central do Brasil Open Data Portal. Disponível em: <https://opendata.bcb.gov.br/dataset/19882-household-debt?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BARRETO, Flávio Ataliba; FREITAS, Thiago de Araújo; AVELINO, Pedro. Inadimplência familiar no Brasil: anatomia das cinco realidades regionais de 2017 a 2024. 2025. Arquivo em PDF.

GENTIL, Denise; BRUNO, Miguel. *Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira na pandemia e além*. 2021. Arquivo em PDF.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 340–359, jun. 2016.

SANTOS, Samara Pereira Gonzaga dos; ESPÍRITO SANTO, Monick Midlej do; PINHEIRO, Lessí Inês Farias. *O endividamento das famílias brasileiras atrelado ao processo de financeirização das políticas sociais*. 2022. Arquivo em PDF.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)*. Brasília: CNC, 2017–2024.

AMORIM, D. **Endividamento sobe pelo terceiro mês e atinge recorde em outubro, diz CNC.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/endividamento-sobe-pelo-terceiro-mes-e-atinge-recorde-em-outubro-diz-cnc/>>.

O endividamento e a inadimplência das famílias entraram num novo patamar? |
Blog do IBRE. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-endividamento-e-inadimplencia-das-familias-entraram-num-novo-patamar>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MANIS, K. **Microsoft named a Leader in the 2024 Gartner® Magic Quadrant™ for Analytics and BI Platforms.** Disponível em:
<<https://powerbi.microsoft.com/en-us/blog/microsoft-named-a-leader-in-the-2024-gartner-magic-quadrant-for-analytics-and-bi-platforms/>>.